

A cooperação de defesa no Mediterrâneo Ocidental

APÓS A II GRANDE GUERRA, a geopolítica mundial, assente num contexto de guerra fria entre dois blocos, o Bloco Ocidental e o Bloco Soviético, centrou-se, até finais da década de oitenta do século XX, na dinâmica entre o Ocidente e o Leste.

O hemisfério sul, em especial o continente africano, continuou intimamente ligado aos Estados Europeus, por força dos movimentos independentistas das colónias africanas e das guerras daí resultantes, até uma fase tardia do século XX. Inicialmente colónias, depois ex-colónias, muitas alinhadas com o bloco Soviético, ganharam a sua verdadeira independência no final da década de oitenta, princípio da década de noventa, do século XX, com a queda do muro de Berlim e o desmembramento da União Soviética.

A transformação do paradigma geopolítico mundial, de uma ordem bipolar para uma realidade multipolar, fez com os Estados se reorganizassem, no plano das relações internacionais. Portugal, tendo geográfica e historicamente uma vertente atlântica muito acentuada, sendo a porta de entrada do Atlântico na Europa e as relações transatlânticas uma peça-chave das nossas relações externas, mantendo esse pilar do relacionamento externo nacional, procurou, face ao novo paradigma geopolítico, alargar a rede de parceiros com os quais

poderia cooperar, nomeadamente no domínio da defesa.

Para além da ligação estreita com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), com os parceiros europeus da NATO e da União Europeia, o Estado português, ciente da realidade circundante, dos laços históricos e afectivos que nos ligam ao Mediterrâneo e que fazem parte da nossa essência enquanto país, cedo considerou a cooperação com os países da bacia do Mediterrâneo como uma prioridade estratégica.

Assim, desde início da década de noventa do século XX, Portugal tem vindo a desenvolver, de forma sistémica, a cooperação de Defesa tanto no plano bilateral bem como multilateral, no quadro estratégico das relações internacionais.

Caracterização da região

A noção de indissociabilidade é a que melhor caracteriza a dinâmica actual entre as duas margens do Mediterrâneo Ocidental, não só porque o verdadeiro separador geopolítico entre a África e a Europa é o deserto do Sara, e não o Mediterrâneo, mas também porque ambas as margens e respectivos países ribeirinhos partilham preocupações comuns nos campos da segurança e do desenvolvimento socioeconómico.

É nessa perspectiva, e com vista a fazer face a tais desafios, que ao longo dos últimos anos se têm vindo a desenvolver várias iniciativas de aproximação e cooperação entre os países da Europa e do Magrebe, no plano multilateral, procurando assim colmatar importantes lacunas do anel de segurança da periferia comunitária, com vista a alargar o respectivo perímetro, integrando os países magrebinos na zona de prosperidade europeia.

Para além das iniciativas multilaterais, têm-se incrementado os acordos bilaterais, não só no plano económico, mas igualmente no âmbito da defesa, entre os países do norte e do sul da bacia do Mediterrâneo.

Os países europeus têm consciência de que um clima de instabilidade nos países do sul terá repercussões imprevisíveis no norte, pelo que tem sido concertada uma política de pressão constante por parte da União Europeia, através do envolvimento e do compromisso. O estabelecimento de tal diálogo e o esforço desenvolvimentista prosseguido pelos Estados magrebinos têm demonstrado a perfeita compatibilidade entre o islão, a modernidade e a democracia, servindo de exemplo para o melhoramento do diálogo entre o Ocidente e os países do Golfo.

Para além de representar um espaço com características muito próprias e partilhadas por todos os Estados da União do Magreb Árabe (UMA) que os distinguem do resto do mundo árabe-muçulmano, o Magrebe distingue-se pela sobreposição de mosaicos sociais, culturais, geográficos, políticos e económicos

para o qual cada país contribui por via da sua especificidade local, dando origem a uma dinâmica interna assaz assimétrica.

De facto, além de se debaterem com o flagelo do terrorismo pan-islâmico cujo epicentro regional reside na Argélia, os Estados magrebinos enfrentam as pressões demográficas oriundas dos fluxos migratórios no sentido sul/norte provenientes da África Subariana, fluxos esses que permanecem estacionados em países de trânsito como são os do Magrebe, com especial destaque para Marrocos.

O acréscimo demográfico ilegal a caminho da Europa coloca o Magrebe numa posição ingrata, submetendo-o a uma pressão interna desestabilizadora proveniente desse aumento populacional, bem como a uma pressão externa exercida por parte da UE, que procura conter esses fluxos migratórios fora do espaço Schengen. Tal facto obriga desde logo à cooperação interestatal entre a margem norte e sul do Mediterrâneo Ocidental, tanto no domínio civil, como no âmbito da defesa.

Embora partilhem flagelos comuns, a dinâmica geopolítica dentro do espaço magrebino revela a existência de um relacionamento dispar entre os Estados do Magrebe que, em parte, condiciona o processo de integração regional e continental:

- A competição política pela liderança regional e pela condução do diálogo com a UE entre Marrocos e a Argélia; a questão do Sara Ocidental que se arrasta sem se vislumbrar, a breve trecho, uma solução; a pacata Tunísia; o regresso da Líbia ao concerto das relações internacionais e o relativo peso estratégico da Mauritânia, Estado em pleno processo de estabilização, o Magrebe apresenta-se como um vizinho pouco monótono para a UE. Confrontados com a escolha UE/África Subariana, entre o mar Mediterrâneo, sinónimo de circulação, e a barreira natural do Sara, os Estados do Magrebe não hesitam e privilegiam o eixo UE/Magrebe em detrimento da África.

A cooperação multilateral de defesa

Existem diversas iniciativas de carácter multilateral para esta área do globo, entre os quais se destacam o Diálogo do Mediterrâneo da OTAN, o Processo de Barcelona da União Europeia e a iniciativa 5+5 envolvendo 5 países do Sul (Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia) e 5 países do Norte (Portugal, Espanha, França, Itália e Malta).



Magrebe. Fonte: Autor.

País	Designação do Tratado / Acordo	Assinatura
Argélia	Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Democrática e Popular da Argélia	31 Maio 2005
Libia	Memorando de Entendimento no domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Comité Geral Interino da Defesa da Grande Jamahiriya Árabe Libia Popular Socialista	28 Maio 2005
Marrocos	Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos	23 Setembro 1993
	Acordo Técnico entre a Força Aérea Real Marroquina e a Força Aérea Portuguesa	8 Abril 1995
	Acordo Técnico entre a Marinha da República Portuguesa e a Marinha Real Marroquina	8 Abril 1996
	Acordo Técnico entre o Exército da República Portuguesa e o Exército do Reino de Marrocos	8 Abril 1996
	Declaração Conjunta entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos sobre Cooperação em Matéria de Segurança Marítima e o Estabelecimento de um Mecanismo de Alerta Rápido	30 Junho 2003
Mauritânia	Acordo Técnico entre o Ministro de Estado e da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro Delegado Junto do Primeiro Ministro Encarregue da Administração da Defesa Nacional do Reino de Marrocos relativo à Cooperação no domínio do Património, da História Militar e da Museologia	3 Dezembro 2003
	Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Islâmica da Mauritânia	21 Outubro 2010
Tunísia	Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre a República Portuguesa e a República Tunisina	25 Janeiro 1995
	Protocolo de Cooperação no domínio da História Militar entre o Ministério da Defesa Nacional da República Tunisina e o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa	6 Novembro 2002
	Protocolo entre o Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da Marinha da Tunísia e o Instituto Hidrográfico da Marinha de Portugal relativo à Cooperação Científica e Técnica no Domínio da Hidrografia e Oceanografia	15 Março 2004

Acordos / Protocolos de Defesa entre Portugal e os parceiros de Magrebe. Fonte: Autor.

Apesar da grande importância destas iniciativas e dos frutos que daí têm resultado, nomeadamente no âmbito do 5+5, são as relações bilaterais que se têm revelado mais profícuas em termos de defesa.

Com efeito, a cooperação multilateral no Mediterrâneo Ocidental parece não ter o alcance esperado, muito se devendo porventura ao peso institucional de organizações supra-estatais como a OTAN ou mesmo a UE, no seio das quais parece ainda não haver tanto à-vontade, por parte dos parceiros mediterrânicos, como no relacionamento directo entre Estados.

Relações bilaterais

No que toca ao relacionamento bilateral, foram assinados e encontram-se em plena execução acordos de cooperação em matéria de Defesa entre o Governo da República Portuguesa e os Governos de Marrocos, da Tunísia, da Argélia e da Líbia, tendo sido assinado recentemente um acordo de cooperação bilateral no domínio da defesa com a Mauritânia.

Partindo do entendimento de que ambas as partes pertencem ao mesmo espaço geográfico, que a cooperação mútua, tanto na área militar como tecnológica e industrial, em matéria de defesa, favorece a paz e a segurança a nível regional e contribui para o desenvolvimento e estabilidade dos respectivos países, o objectivo principal destes acordos, é o da consolidação das relações de amizade entre os países participantes.

No âmbito dos referidos acordos de cooperação, foi estipulada a criação de comissões

mistas, com a obrigatoriedade de se reunirem anualmente e alternadamente em cada um dos países, competindo-lhes:

- Definir e aprovar os projectos de cooperação a empreender;
- Providenciar as medidas necessárias para a concretização das acções de cooperação;
- Programar o intercâmbio de interesse cultural e social entre os membros das Forças Armadas;
- Manter as respectivas Autoridades Governamentais informadas sobre a evolução das condições de execução dos acordos.

Além dos acordos de cooperação foram ainda assinados, em alguns casos, acordos técnicos com vista a dar resposta a domínios de acção específicos dos diferentes ramos das Forças Armadas dos países envolvidos.

Os acordos envolvem as seguintes áreas de actividade:

- Visitas, colóquios e intercâmbio de delegações;
- Troca de ideias sobre conceitos de organização, estratégia, táctica e logística;
- Treino operacional das Forças Armadas e troca de observadores em exercícios realizados à escala nacional;
- Frequência de cursos/estágios de formação e aperfeiçoamento ministrados nas escolas e academias do outro país;
- Intercâmbio de escalas de navios e aeronaves militares;
- Troca de experiências ao nível da hidrografia.

As acções mais relevantes que têm vindo a ser desenvolvidas com estes países passam

pela formação em Portugal de técnicos especializados nas áreas de hidrografia, faróis e manutenção de helicópteros, pela frequência de cursos de Estado-Maior, por estágios de sobrevivência e fisiologia de voo, pela participação de forças em exercícios conjuntos, pela realização de estágios de combate e sobrevivência em ambiente desértico, e ainda, pela frequência em Marrocos de acções de treino de pilotos da Força Aérea em simulador da aeronave C-130.

“Portugal (...) tem vindo a granjear a amizade e estima dos seus vizinhos do Magrebe, tornando-se assim num parceiro europeu de excelência.”

O intercâmbio de conhecimentos e documentação nas áreas da história militar e museologia tem dado alguns frutos com a assinatura de acordos técnicos, que perspectivam uma área de grande desenvolvimento futuro, por todo um passado histórico com muitos pontos em comum. Também no plano industrial de defesa começa a perspectivar-se uma maior cooperação ao nível tecnológico, incluindo a possibilidade de transferência ou venda de equipamento e tecnologia.

Estão previstas anualmente mais de sessenta actividades de cooperação entre Portugal os países do Magrebe.

É assim neste quadro que têm sido estabe-

lecidas e conduzidas as relações de Portugal com os países vizinhos do Mediterrâneo, no contexto da política externa e da política de defesa nacional, tendo sempre como pano de fundo o contributo para a consolidação de uma zona de paz, estabilidade, liberdade e prosperidade na região.

É ainda de ressaltar a proximidade de Rabat a Lisboa e que Argel fica menos distante do que Paris, Londres ou Bruxelas, pelo que não podemos deixar de estar bem atentos à evolução política, social e económica do Magrebe. Portugal, como país do Sul, tem todo o interesse em que a UE tenha uma política activa em relação ao mediterrâneo, sendo que ocupa uma posição de charneira na evolução do diálogo euromediterrânico.

Sendo certo que os países do Norte de África são essenciais para a estabilidade da região, as iniciativas de cooperação entre as duas margens devem efectivamente ser acalentadas e expandidas.

No que toca às relações de defesa, Portugal tem, há já mais de uma década, relações de cooperação com Marrocos, há quase tanto tempo com a Tunísia, tendo iniciado as actividades de cooperação no ano de 2007 com a Argélia e em 2008 com a Líbia.

As relações bilaterais com o Magrebe, têm-se fundado em laços de confiança e de amizade e Portugal reúne uma série de características que o tornam num parceiro preferencial para os países magrebins. Desde logo:

- Não temos um passado colonial recente na região, mantendo um bom relacionamento com os países da área;
- Não constituímos uma ameaça sob o ponto de vista da nossa dimensão estratégica;
- Não há registo de diferendos ou tensões sociais que uma imigração em massa poderia determinar, na medida em que não somos um destino de imigração prioritário;
- Dada a nossa posição estratégica, reunimos condições para desempenhar uma função de articulação entre a área do Mediterrâneo e do Atlântico.

Portugal, por todas as razões enumeradas e pelo sucesso que tem registado a cooperação no âmbito da defesa, tem vindo a granjear a amizade e estima dos seus vizinhos do Magrebe, tornando-se assim num parceiro europeu de excelência, não só no cimentar das relações UE/Magrebe, mas também com vista ao desenvolvimento da segurança, da confiança e da prosperidade dos povos mediterrânicos. ■